



Valéria Silva Braga de Abreu
Márcia Malcher (Orientadora)

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 4 – A educação em transformação sob o neoliberalismo: cenários,
impactos e resistência

As condições de trabalho dos professores de Sociologia da rede privada
do Pará: um estudo de caso

Belém, Pará

2025



AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES DE SOCIOLOGIA DA REDE PRIVADA DO PARÁ: UM ESTUDO DE CASO

Valéria Silva Braga de Abreu¹
Márcia Malcher (orientadora)²

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar as condições de trabalho de um(a) professor(a) de Sociologia de uma escola privada da cidade de Belém, Pará, considerando a trajetória da disciplina no currículo da educação básica e o contexto do neoliberalismo escolar. Para isso, realizou um estudo de caso, de natureza qualitativa, feito por meio de levantamento bibliográfico, observação participativa e aplicação de questionário, tendo como base as variáveis carga de trabalho, remuneração, infraestrutura e relações interpessoais. Dentre outros resultados, a pesquisa evidenciou que apesar da formação em Sociologia, essa não é a principal disciplina que o(a) professor(a) leciona, que há extrapolação das horas contratuais de trabalho sem remuneração adicional e que, apesar da boa infraestrutura da instituição e do bom relacionamento com os colegas das outras disciplinas, o(a) docente enfrenta desafios significativos por conta da sobrecarga de trabalho. Espera-se que essa pesquisa contribua para ampliar os debates sobre as condições de trabalho dos(as) docentes de Sociologia da rede privada de ensino, em especial no contexto paraense.

Palavras-chave: ensino de sociologia, reforma, ensino médio, professor.

INTRODUÇÃO

Libâneo (1998) afirma que o professor é um mediador do conhecimento. Apreende-se, dessa forma, que o papel do professor é criar uma ponte entre o conhecimento - conteúdo da disciplina escolar - e o aluno, considerando os significados, as experiências, o modo de pensar que o discente traz. Assim, o efeito dessa educação recebida deve criar condições para realizar transformações essenciais, a começar pelo próprio ambiente onde o estudante está inserido (Brandão, 1989). A atribuição do professor, portanto, vai além de transmitir conteúdos, pois ele deve estimular o pensamento, instigar questionamentos, também preparando os estudantes para o exercício da cidadania (Rosário, 2022).

Ao abordar o trabalho do(a) professor(a) na atualidade, a discussão sobre as condições de trabalho docente torna-se fundamental. Isto porque, no contexto do neoliberalismo, a educação é concebida não como um meio de formação, mas como um custo, o que estimula a

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará - UFPA, parda, mulher cisgênero, Belém-PA, valeriasilva9000@gmail.com;

² Professora da Faculdade de Ciências Sociais (FACS) da Universidade Federal do Pará - UFPA, parda, mulher cisgênero, Belém-PA, marciamalcher@ufpa.br.



desvalorização da profissão docente, refletida tanto no salário quanto no acúmulo de funções exercidas pelo professor na escola, o que acarreta sobrecarga de trabalho (Silva; Miranda; Bordas, 2019). Simultâneo a isso, prevalece na racionalidade neoliberal uma visão empresarial da educação, na qual a formação do aluno é voltada para uma lógica econômica que difunde valores como competitividade e eficiência (Pereira; Caprara, 2024).

Nesse cenário, a Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (Fundacentro) lançou, em 2022, um relatório técnico com o título “Condições de trabalho e saúde dos professores no Brasil: uma revisão para subsidiar as políticas públicas” que apontou uma sobrecarga no trabalho, dificuldade de formação, baixos salários, violência e desvalorização entre as debilidades infringidas ao trabalho do professor. Essas condições têm sido cada vez mais precárias e instáveis, particularmente para professores de Sociologia, foco dessa pesquisa, já que a disciplina tem um histórico de instabilidade, tendo sido excluída, por muitos anos, do currículo da educação básica (Bodart; Silva, 2016). Somente em 2008, com a Lei nº 11.684/08, a disciplina de Sociologia se torna obrigatória no currículo do ensino médio em todo o país (Bodart; Tavares, 2019), porém, mais tarde, com a Reforma do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), ela teve sua obrigatoriedade retirada novamente. Mais recentemente, por conta da Lei nº 14.945/2024, aprovada para corrigir problemas da reforma original, a Sociologia voltou a ser obrigatória no currículo a partir de 2025.

A formação exigida para se tornar professor de Sociologia da educação básica hoje é a Licenciatura em Ciências Sociais/Sociologia. Porém, devido à falta de estabilidade da disciplina, é muito comum que professores de outras áreas ministrem esse componente (Bodart; Silva, 2016), do mesmo modo que, muitas vezes, por falta de espaço para Sociologia, professores com formação em Ciências Sociais ministram outras disciplinas. Pesquisas mais antigas, como a realizada por Lennert (2009, 2011) já apresentavam a precarização do trabalho do professor(a) de Sociologia. Pesquisas recentes, como a de Bigão (2023) e Fernandes *et al.* (2023), apontam que as condições de trabalho dos docentes de Sociologia em determinadas cidades do Brasil, após a Reforma do Ensino Médio, resultam em maior desqualificação do trabalho do professor, desvalorização da disciplina, falta de recursos e jornada de trabalho ampliada, já que precisam assumir disciplinas de outras áreas para completar a carga horária.

No estado do Pará, a Sociologia teve uma trajetória um pouco distinta na implementação do chamado “Novo ensino médio” em comparação com outros estados³. Embora a Lei nº

³ Por exemplo, em relação a Minas Gerais, entre 2022 e 2025 que seria o primeiro ciclo de implementação do Novo Ensino Médio, para as turmas que ingressaram no Ensino Médio até 2021, a Sociologia teria dois tempos de aula semanal no primeiro ano do Ensino Médio e apenas um tempo no terceiro ano, para o segundo ano não seria



13.415/2017 a tenha designado como “estudos e práticas”⁴, desconsiderando a sua identidade disciplinar e retirando a sua obrigatoriedade da Formação Geral Básica (FGB)⁵, o Documento Curricular do Estado do Pará (2021), da Secretaria de Educação (SEDUC), manteve a Sociologia nos três anos do Ensino Médio, ainda que com carga horária reduzida. Porém, percebe-se que as escolas privadas organizaram-se de maneira distinta no processo de implementação da reforma, tornando evidente a diferença entre a realidade do professor(a) de Sociologia das escolas estaduais e a do(a) professor de escola privada.

Dessa maneira, esta pesquisa, de natureza qualitativa, buscou compreender quais eram as condições de trabalho de um(a) professor(a) de Sociologia de escola privada na cidade de Belém do Pará em 2024 por meio de um estudo de caso. Para isso, valemo-nos de observação, aplicação de questionário e levantamento bibliográfico, sendo que na análise dos resultados, relacionamos as observações e os dados do questionário com o referencial teórico. Neste artigo, a primeira seção trata da trajetória do Ensino de Sociologia e das condições de trabalho do(a) professor(a) de Sociologia que se conectam, no contexto nacional e regional paraense. A segunda seção aborda as condições de trabalho na rede privada, a discussão teórico-metodológica da pesquisa e os resultados do estudo de caso. E, por fim, as considerações finais.

1. Condições de trabalho e o ensino de Sociologia

No Brasil, como disciplina, a Sociologia surgiu primeiro na Educação Básica e depois no Ensino Superior (Oliveira, 2013). Segundo Bodart e Tavares (2019), os primeiros professores de Sociologia estudavam conceitos e ideias dessa disciplina em outras áreas, como o Direito, ou eram autodidatas, pois não havia no Brasil cursos específicos para formar professores de Sociologia. Isso até 1931, quando o Decreto nº 19.851, de 11 de abril, instituiu que a formação de docentes para nível secundário deveria ocorrer no Ensino Superior. Segundo Bodart e Tavares (2019), nesse período, a Sociologia era obrigatória no nível secundário, assim, a formação de professores de Sociologia deveria passar a ocorrer no Ensino Superior. Porém, somente em 1934 a formação de docentes a nível superior de professores de Sociologia foi

ofertado (Bodart e Oliveira, 2022). Vale ressaltar que a Lei nº 13.415/2017 conferiu autonomia para cada Estado realizar a Reforma, de acordo com diretrizes gerais da BNCC.

⁴ Ressalte-se que a Lei nº 14.945, de 2024, que alterou a Lei nº 13.415/2017, voltou a conferir à Sociologia, Arte, Educação Física, Literatura, História, Filosofia, Geografia, Química, Física e Biologia tratamento disciplinar.

⁵ A Lei nº 13.415/2017 instituiu a divisão da carga horária curricular em Formação Geral Básica (FGB), em que apenas matemática e língua portuguesa são obrigatórias nos três anos do ensino médio, e os “itinerários formativos”, diferentes componentes curriculares que deveriam ser ofertados pelas escolas conforme a divisão por áreas: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional.



iniciada, primeiramente na Universidade de São Paulo (USP) e depois em outras instituições de ensino superior.

Os autores supracitados mostram que a formação de professores se desenvolveu junto com a formação de sociólogos, pois o Decreto-lei 1.190, de 04 de abril de 1939 regulamentava a formação de docentes no formato 3+1 (três anos de formação em bacharelado e um ano para formação pedagógica), portanto, o curso de ciências sociais concedia título de bacharelado e licenciatura. No entanto, de acordo com Freitas e França (2016), a disciplina volta a ser excluída do currículo na Reforma de Gustavo Capanema, em 1942, ao passo que em 1961 “a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), n. 4.024, retornou com a obrigatoriedade da Sociologia no ensino secundário” e em 1971, por meio da LDB n. 5.692, “essa disciplina passou a ser optativa” (Bodart; Silva, 2016, p. 3).

A história da Sociologia no currículo básico, como é chamado hoje, é, portanto, inconstante. Desde que foi proposta pela primeira vez em 1882, pelo então deputado Rui Barbosa, passou por diversos processos de retirada e retornos (Freitas; França, 2016). Nessa conjuntura, muitas universidades fecharam o curso de licenciatura e mantiveram apenas o bacharelado, devido à exclusão da disciplina no ensino básico (Bodart; Silva, 2016). Na LDB de 1996, falava-se da importância da Sociologia no Ensino Médio, mas ela ainda não era uma disciplina obrigatória. Porém, ao longo dos anos 1980 e 1990, a Sociologia foi se tornando obrigatória em alguns estados e, com a Lei nº 11.684, de 2 de julho de 2008, tornou-se obrigatória em todo país (Bodart; Tavares, 2019).

Em 2002, com a aprovação das diretrizes curriculares para as licenciaturas, pelo CNE, há a separação da licenciatura e bacharelado também para as ciências sociais. Hoje, para se tornar docente de Sociologia na educação básica, a Licenciatura em Ciências Sociais/Sociologia é necessária, apesar de, por vários fatores, professores de outras áreas ministrarem a disciplina. Assim, pode-se observar que a história da formação de professores de Sociologia é entrelaçada com a dos bacharéis em Sociologia e com a presença da própria disciplina no currículo. A partir desse contexto, é possível adentrar no debate sobre condições de trabalho dos professores de Sociologia.

De acordo com Junior e Vieira (2018, p. 3), entende-se por “condições de trabalho na educação, tudo aquilo que é necessário para os sujeitos docentes desempenharem com sucesso e bem-estar o trabalho que lhes cabe”. Desse modo, quando se fala em condições de trabalho, infere-se levar em consideração: carga de trabalho, infraestrutura, relações interpessoais, remuneração, equipamentos, material didático disponível, entre outros.



De maneira geral, quando se fala em condições de trabalho docente, o relatório técnico “Condições de trabalho e saúde dos professores no Brasil: uma revisão para subsidiar as políticas públicas”, feito pela Fundacentro em 2022, mostra a precarização do trabalho docente, ao apontar desvalorização, sobrecarga de trabalho, baixos salários, entre outros, que ocasionaram problemas de saúde física e mental, entre os quais os mais comuns são distúrbios de voz, burnout e depressão. Conforme Silva, Miranda e Bordas (2019), essa situação pode ser avaliada levando-se em consideração que, a partir de 1990, houve uma ascensão das políticas públicas que têm como base o neoliberalismo e uma mudança no papel do Estado, assim como sua reorganização produtiva. Isso provocou modificações econômicas e sociais, sendo que, no campo educacional, as reformas adotadas repercutiram, sobremaneira, no trabalho dos professores. Os autores ainda destacam que:

Com a desculpa da racionalização do Estado e a compreensão da educação como custo e não como investimento, as políticas de cunho neoliberal acabaram por fazer com que as condições de trabalho do professor entrassem em franco declínio, tanto pela desvalorização da profissão por conta do achatamento salarial quanto pela criação de novas funções docentes na escola (Silva; Miranda; Bordas, 2019, p. 6).

Ao pensar a Sociologia, que é o interesse dessa pesquisa, como já mencionado anteriormente, tem-se ainda o fator da instabilidade no currículo. Em pesquisas feitas por Bodart e Silva (2019), em 2017, sobre os docentes de Sociologia, os autores apontaram uma carga horária reduzida na disciplina, baixos salários, professores que trabalham em três turnos na mesma escola ou em escolas diferentes para completar carga horária e que precisam lecionar outras disciplinas além da Sociologia, o que gera uma “falta de identidade” do professor de Sociologia, culminando em uma desvalorização. Essa situação é agravada ao se considerar que muitos professores não são formados em Ciências Sociais ou Sociologia (Bodart e Silva, 2019). A respeito da carga horária reduzida é importante ressaltar que, como afirmam Célia Caregnato e Victoria Cordeiro (2014, p. 46), “o processo de implantação da Sociologia nas diferentes regiões e estados do país, conforme estudos tem mostrado, caracteriza-se por uma pluralidade de cenário”. Desse modo, apesar da obrigatoriedade, cada estado estabeleceu uma carga horária diferente para a disciplina.

É nessa conjuntura que o ensino médio foi reformulado a partir da Lei n.º 13.415 de 2017 que alterou artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sendo necessário frisar que a nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular) só foi aprovada no ano de 2018, sendo, portanto posterior à Lei 13.415/17 que, entretanto, já fazia referência a uma nova BNCC que ainda não existia. Nesse contexto, a sociologia e outros componentes curriculares, como Filosofia, Arte e Educação Física, passaram a ser designados como “estudos e práticas”, ou



seja, os seus conteúdos poderiam ser “diluídos” em outras disciplinas, quando fossem pertinentes, ou deveriam ser trabalhados por meio de projetos, oficinas, entre outros, retirando-se, assim, a sua obrigatoriedade como disciplinas. Júlia Bigão (2023) e Raquel Fernandes *et al* (2023), em estudos sobre a realidade do professor(a) de Sociologia após a reforma em duas cidades de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, respectivamente, destacam a carga excessiva de trabalho por professores que assumem componentes curriculares variados para poder cumprir a carga horária, além da falta de planejamento, de recursos didáticos e de outras dificuldades por não terem formação ou experiência na área (Fernandes *et al*, 2023).

Antes da reforma do ensino médio entrar em vigor em 2022, tendo como base as matrizes curriculares dos estados e professores que lecionavam nos respectivos entes federados, Bodart (2018) mostrou a quantidade de aulas de Sociologia no Ensino Médio Regular nas redes estaduais do Brasil, em 2018. Nesse mapeamento, é possível observar que haviam duas aulas de Sociologia para cada ano do ensino médio no Pará, com duração de 45 minutos por aula. Isso demonstra que havia um espaço de atuação no estado para o docente de Sociologia que não existia em outros estados, e isso pode ser explicado pela trajetória singular da Sociologia na educação básica no Pará, pois entre as décadas de 1980 e 1990 o estado foi pioneiro, junto com São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ao fomentar os debates sobre a Sociologia como disciplina obrigatória nacionalmente (Caridá, 2016).

Por conta da reforma do Ensino Médio, promulgada em 2022, foi lançado o Documento Curricular do Estado do Pará (2021) com o propósito de alinhar o estado ao “Novo Ensino Médio”, de acordo com as necessidades educacionais do Estado (Pará, 2021). Nesse texto, a Sociologia permanece nos três anos do Ensino Médio, incluída na Formação Geral Básica (FGB), que seriam os conhecimentos essenciais para formação dos estudantes. Isso pode ser observado também nas orientações pedagógicas divulgadas pela SEDUC em 2022 e 2023 que estão de acordo com o documento citado acima (Pará, 2022; Pará, 2023). Com a reestruturação da Política Nacional do Ensino Médio em 2023, a SEDUC, por meio da Secretaria Adjunta de Educação Básica (SAEB), realizou a revisão da Matriz Curricular do Ensino Médio, aprovada pela Resolução N° 504 de 09 de novembro de 2023 (Pará, 2023).

Houve, então, algumas alterações nas orientações pedagógicas, que foram divulgadas em 2024 (Pará, 2024). Porém, elas não afetaram o lugar da Sociologia no currículo, pois ela continuou na FGB, nos três anos do ensino médio, com carga horária de uma aula por semana. Esses dados são importantes para constatar que após a reforma, as escolas estaduais no Pará mantiveram, mesmo que com redução da carga horária, o lugar da disciplina de Sociologia no



currículo do ensino médio. Porém, ainda faltam pesquisas que avaliem qual foi o impacto dessa configuração sobre as condições de trabalho dos docentes de Sociologia no estado.

2. Um estudo de caso sobre as condições de trabalho na rede privada de ensino no Pará

2.1. Discussão teórico-metodológica

Para a realização da pesquisa qualitativa na modalidade estudo de caso, analisou-se as seguintes variáveis relacionadas às condições de trabalho: carga de trabalho, remuneração, infraestrutura e relações interpessoais. A partir das definições sintetizadas em Pereira e Vieira (2018), entende-se por carga de trabalho o número de aulas ministradas, número de escolas em que trabalha, quantidade de turmas, quantidade de turnos em que trabalha, quantidade de professores de Sociologia nas escolas, realização de outra atividade remunerada, sobrecarga de trabalho, tamanho das turmas, presença de alunos que precisam de Atendimento Educacional Especializado (AEE), carga horária, jornada de trabalho, horas de trabalho fora da escola.

Já por remuneração entende-se: regime de trabalho, contrato de trabalho e remuneração salarial. Quanto à infraestrutura, considerou-se as condições do espaço físico da escola e das salas de aula, além da disponibilização de outros espaços como biblioteca, laboratório e local para descanso. Nesse aspecto, também foi levado em consideração instrumentos de trabalho disponíveis como livros didáticos, internet, computadores, lousa, projetores. No que se refere às relações interpessoais, incluiu-se o convívio e o relacionamento com alunos e colegas de trabalho, o interesse dos alunos e a interação com a direção e supervisores.

Magda Ventura (2007) define estudo de caso como um método que tem por finalidade investigar um ou mais casos específicos, de forma bem delimitada e contextualizada. Outra característica ressaltada pela autora é que em um estudo de caso não é analisado apenas o caso em si, de forma isolada, mas o que ele representa dentro de um conjunto de fatores. A metodologia de investigação do estudo de caso pode ser estruturada em quatro fases: delimitação da unidade-caso; coleta de dados; seleção, análise, interpretação dos dados e elaboração do relatório do caso, de acordo com Ventura (2007).

Baseado no que foi exposto acima, fez-se uma observação participante durante dois meses junto a um(a) professor(a) de uma escola privada em Belém/PA, utilizando-se de diário de campo, que foi essencial para registrar as observações, comentários, reflexões (Campos *et al*, 2021) do que acontecia dentro e fora de sala de aula. Além disso, na observação participante, o observador não é só espectador, mas interage junto ao grupo para registrar ações, convívio, eventos, e permite que o pesquisador obtenha informações experimentando os fenômenos



(Campos *et al*, 2021). Dessa maneira, durante a pesquisa na escola, foi possível interagir com o(a) docente, alunos, participar e ajudar nas atividades, experienciando o cotidiano do(a) professor(a), que também respondeu a um questionário com perguntas fechadas e abertas sobre as condições de trabalho dele(a). A partir dos dados coletados e da pesquisa bibliográfica, analisou-se e interpretou-se as informações obtidas, relacionando as variáveis carga de trabalho, remuneração, infraestrutura e relações interpessoais para avaliar as condições de trabalho do(a) docente.

Já a pesquisa bibliográfica consiste na busca por obras publicadas para conhecer e investigar o tema problema da pesquisa que será realizada (De Sousa *et al*, 2021). Desse modo, a busca foi realizada no Google acadêmico e na Scielo, com as seguintes palavras chaves: Sociologia, Ensino de Sociologia, rede privada. Inicialmente, procurou-se os trabalhos dos últimos 10 anos e depois foram selecionados os trabalhos relevantes desse período. Na pesquisa de Wesley Matos (2022), o autor já afirma que é tímida a pesquisa sobre o trabalho de professores em escolas privadas, mas ainda sobre as condições de trabalho de professores de Sociologia, já que a maioria dos estudos abordam a rede pública de ensino.

2.2. Resultados

O(a) docente tem licenciatura em Ciências Sociais e realizou a maior parte da educação básica no ensino público. Trabalha entre três e cinco anos como professor(a), mas ministra a disciplina de Sociologia há um ano. Como mencionado anteriormente, as variáveis utilizadas para analisar as condições de trabalho são as seguintes: carga de trabalho, remuneração, infraestrutura e relações interpessoais. A partir dessas informações, foram obtidos os seguintes dados do questionário e da pesquisa de campo:

TABELA 1- Carga horária de trabalho por disciplinas ministradas pelo(a) docente



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do questionário (2025)

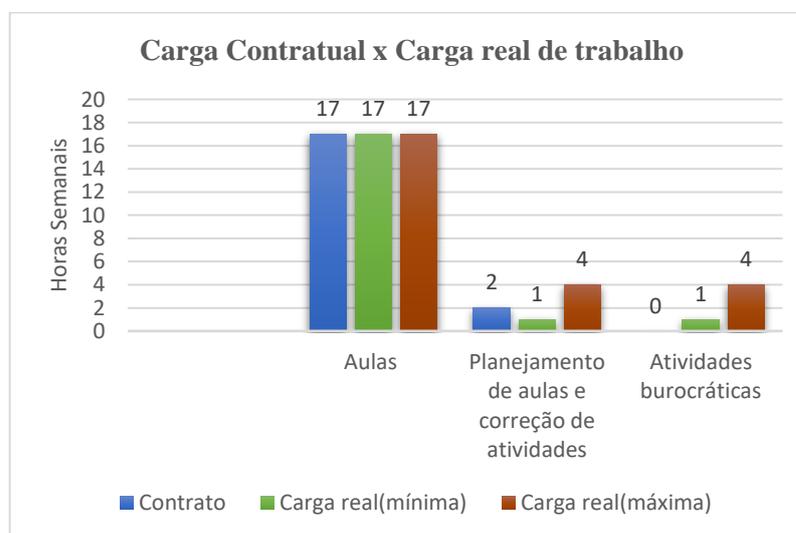
O(a) docente ministra no total cinco componentes curriculares, porém a maioria das aulas são da cadeira de história. É importante ressaltar que o(a) docente trabalha em uma escola que é da rede privada. Por meio da pesquisa de campo, também se observou que houveram algumas alterações devido a Reforma do Ensino Médio e a Sociologia só é ministrada para o terceiro ano do Ensino Médio na escola estudada. Nesse caso, os alunos do terceiro ano, a depender do que escolherem: Itinerário da área de Ciência da Natureza (CN) ou Ciências Humanas (CH), frequentam matérias diferentes. No caso estudado, o(a) professor(a) ministra uma aula de Sociologia por semana (como parte da Formação Geral Básica - FGB), com duração de 45 minutos, tanto para os alunos de Ciência da Natureza (CN) quanto para os alunos das Ciências Humanas (CH), sendo que, para esses últimos, além da aula de Sociologia (FGB), também ministra outras duas - “Debates contemporâneos” e “Debates Sociológicos” - como parte do Itinerário de Ciências Humanas, também com duração de 45 minutos cada aula.

O componente “Debates Sociológicos” aborda temas da Sociologia em formatos diferenciados e busca aprofundar as temáticas, ao passo que “Debates Contemporâneos” traz mais temas com perspectivas vinculadas à História. Além disso, o(a) docente também ministra uma aula de Sociologia no colégio em uma espécie de cursinho oferecido a todos os alunos do terceiro ano que têm interesse, no contraturno. Apesar disso, a maioria das aulas ministradas são da disciplina de História para o Ensino Fundamental II, disciplina pela qual o(a) professor(a) foi contratado(a) inicialmente e só depois passou a ministrar aulas de Sociologia. Além disso, a partir da Reforma do Ensino Médio, o(a) docente assumiu duas disciplinas eletivas para o primeiro ano que aborda temáticas sociológicas.

Bodart e Silva (2019) apontam a problemática de que muitos professores de Sociologia não são formados em Ciências Sociais ou Sociologia, justamente pela falta de estabilidade da disciplina ao longo dos anos e diversidade de cenários da Sociologia na educação básica em diferentes regiões e Estados do país (Caregnato; Cordeiro, 2014). Porém, o que se pode perceber nesse caso é que o(a) docente(a), mesmo formado(a) na área, não começou ministrando a disciplina e só recentemente passou a ministrar Sociologia por “convite” da direção da escola. Ainda assim, ela é a disciplina em que ele(a) tem menos carga horária de aula e, conseqüentemente, a que representa a menor participação no seu ganho salarial.

O fato da maioria das aulas serem da disciplina de história confirma e ilustra o que Bodart e Silva (2019) já apontavam nas pesquisas em 2017: devido à carga horária reduzida na Sociologia, a maior parte dos professores formados na área lecionavam outras disciplinas, gerando uma “falta de identidade” do professor de Sociologia e conseqüente desvalorização. Essa falta de carga horária na disciplina também gera uma sobrecarga de trabalho, pois a necessidade de ministrar outras disciplinas aumenta a quantidade de turmas e o tempo necessário de preparação das aulas. Além disso, o(a) professor(a) também afirma que perdeu mais da metade da carga horária de Sociologia com a Reforma do Ensino Médio. A escola delimitou as aulas desse componente curricular apenas para o terceiro ano do Ensino Médio, de forma fixa, oferecendo uma disciplina eletiva com temas da Sociologia para o primeiro ano. A maneira, portanto, que essa escola privada de Belém/PA se adaptou ao Novo Ensino Médio contribuiu com o reforço da desvalorização do professor(a) da disciplina de Sociologia.

TABELA 2 – Quantidade de aulas ministradas por semana, tempo para o planejamento de aula e tempo de realização das atividades burocráticas



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do questionário (2025)



O gráfico mostra as horas empregadas pelo(a) professor(a) nas atividades. Para planejamento de aulas/atividades/provas/avaliações, o(a) docente respondeu que gasta de uma hora (carga horária mínima) a quatro horas (carga horária máxima) semanais, também dedicando a mesma quantidade de horas a atividades burocráticas como preenchimento de formulários, chamadas online, diários eletrônicos, etc. Afora isso, o(a) docente ministra 17 horas de aulas por semana, o que corresponde a 23 aulas considerando que cada uma tem a duração de 45 minutos.

O(a) docente respondeu que trabalha em regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e que seu salário mensal está na faixa entre R\$1.320,00 e R\$ 2.419,00. A jornada de trabalho contratual de 20 horas semanais inclui as horas atividades remuneradas, ou seja, o tempo necessário para o planejamento de aulas, avaliações, correção de atividades, preenchimento de diários eletrônicos, entre outros. Além disso, as salas têm em média 40 alunos. Porém, apesar de o contrato prever hora atividade remunerada, a sua carga horária praticamente se completa apenas com as horas em sala de aula (17h), sendo que o tempo adicional das tarefas mencionadas anteriormente, acrescido pela quantidade alunos nas turmas, que tem peso significativo, não é considerado. Isso revela que, considerando a quantidade de turmas e de alunos por turma, há uma demanda de trabalho maior que não está sendo remunerada. Ademais, convém destacar que o próprio piso da categoria no Pará⁶ é muito baixo.

Desse modo, é interessante notar que além da alta demanda de trabalho do(a) professor(a), existem outras nuances às quais não é dada a devida importância. O contrato de trabalho e a remuneração estão diretamente ligados ao que deve ser entregue de forma visível. Porém, não se leva em consideração a quantidade de estudantes por turma, a diversidade dos componentes ministrados, a presença em algumas turmas de alunos com necessidades específicas e o próprio tempo gasto para planejar aulas que sejam mais “dinâmicas” e criativas, como é o caso do(a) docente.

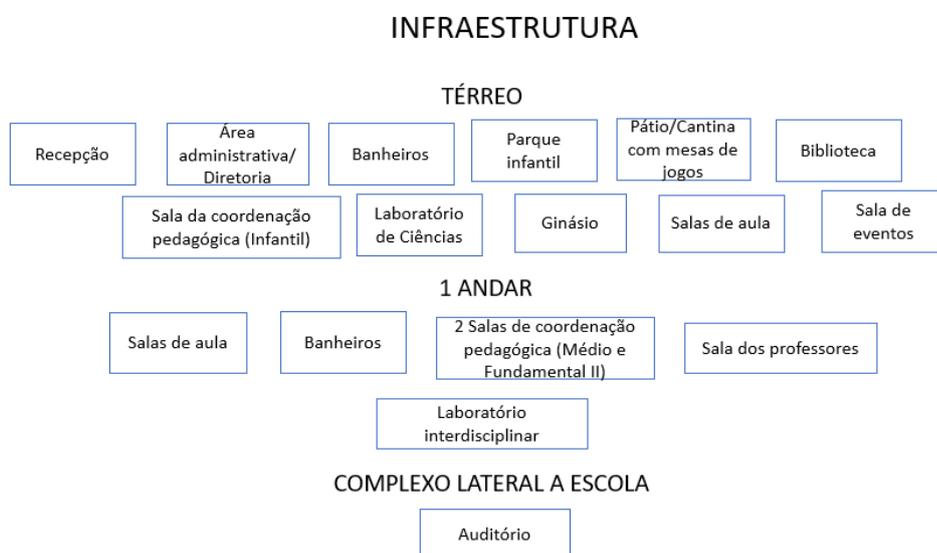
Essa desconsideração baseada na percepção da aula como um produto pode ser explicada à luz da racionalidade neoliberal que se tornou hegemônica na educação e nas escolas, as quais passaram a se comportar como empresas. Segundo Pereira e Caprara (2024), nessa

⁶ O Piso salarial, de acordo com o Sindicato dos Professores da Rede Privada de Ensino do Estado do Pará (Sinpro-PA) para 2024/2025, estabelece o valor da hora-aula em R\$ 14,59 a docentes do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e de R\$ 14,80 para o Ensino Médio. Além disso, deve ser pago mensalmente ao professor o percentual mínimo de 0,5%, por hora-aula, a título de gratificação por hora atividade. Considerando esse piso, no caso do(a) docente que ministra 16 aulas para o Fundamental e 6 aulas para o Ensino Médio por semana, o piso salarial seria de R\$ 1.288,96, sem gratificação. Com a gratificação mínima o valor seria de R\$ 1.295,41. Disponível no link: <http://www.sinpro-pa.org.br/sinpro2020/images/convencoes/cc20242025.pdf>



racionalidade, há uma redução tanto da proteção quanto da solidariedade coletiva para os assalariados, de modo que ao mesmo tempo em que o sujeito é direcionado a ser o mais eficaz possível, ele também é colocado em um ambiente que estimula os trabalhadores a competirem entre si e a se adaptarem a condições de trabalho cada vez piores. Portanto, podemos supor que as condições de trabalho dos professores de Sociologia podem aumentar a insegurança do(a) docente que está imerso em uma carga de trabalho maior que a contratual, pressionando-o a aceitar essas condições de trabalho diante do risco de ser retaliado, demitido ou de perder carga horária.

TABELA 3 – Infraestrutura da escola



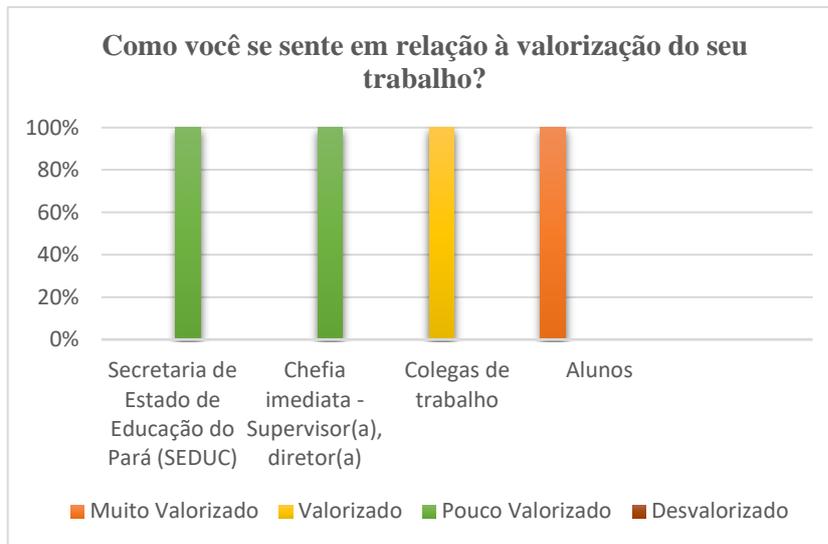
Fonte: Elaborada pela autora.

O(a) docente classificou a infraestrutura da escola como satisfatória. Ademais, por meio da pesquisa de campo foi possível perceber que todas as salas possuíam projetor e eram climatizadas. Algumas vezes, eram realizados simulados online em salas de aulas com *tablets* disponibilizados pela escola. O(a) professor(a) também dispunha de internet, acomodação na sala dos professores e uma xerox na escola para imprimir apostilas, avaliações, entre outros. Os livros didáticos, na versão do professor, disponibilizados pela escola também eram de grande suporte para o planejamento das aulas e das atividades. Estavam disponíveis a versão física do livro e uma versão digital mais detalhada.

Assim, no que se refere à infraestrutura, seguindo os critérios de Pereira e Vieira (2018) referentes à disponibilidade de livros didáticos, internet, computadores, lousa, projetores, espaços como biblioteca, laboratório, local para descanso, além de condições do espaço físico da escola e das salas de aula, o(a) professor(a) tem boas condições de trabalho.



TABELA 4 – Valorização do trabalho



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do questionário (2025)

TABELA 5 – Valorização da disciplina



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do questionário (2025)

No que tange o relacionamento com os alunos, o(a) professor(a) respondeu que sente que seu trabalho é muito valorizado e que seus alunos de Sociologia percebem a disciplina como importante. Porém, foi possível observar, durante as aulas de Sociologia, diferenças e pontos em comum no que diz respeito à relação alunos/professor(a) nas turmas de Itinerário de Ciências da Natureza (CN) e nas de Ciências Humanas (CH).

A turma de Ciências Humanas (CH) era maior e frequentemente o(a) professor(a) enfrentava desafios por conta do comportamento de alguns alunos que conversavam, faziam



muito barulho durante as aulas, não realizavam as atividades ou estavam fora da sala. No entanto, havia um grupo de alunos nessa mesma sala que era mais participativo e demonstrava interesse nas aulas. Segundo o(a) professor(a), esses últimos eram alunos que optaram pelas ciências humanas porque realmente tinham interesse pela área, ao passo que os demais escolheram esse itinerário somente porque não queriam Ciências da Natureza (CN), já que a escola oferece apenas essas duas opções. Em uma aula, por exemplo, uma aluna com Transtorno do Espectro Autista (TEA) saiu da sala e chamou a diretora para intervir devido ao barulho, situações que eram constantes nessa turma. Já a turma de Ciências da Natureza (CN) era pouquíssimo participativa nas aulas de Sociologia e bastante quieta, de acordo com o relato do(a) docente. Porém, os alunos entregavam as atividades e se preocupavam com aquelas que valiam pontos.

Pereira e Caprara (2024) comentam sobre a desigualdade e limitação do acesso dos alunos a uma formação integral com os itinerários propostos pelo Novo Ensino Médio. A discrepância entre o ensino público e privado tornou-se maior com a reforma, visto que apesar das diretrizes, as escolas implementaram as mudanças de modo distinto. Mudanças que afetaram não somente os estudantes, mas também as condições de trabalho do(a) professor(a) de Sociologia, como pôde ser visto acima.

Wesley Matos (2022), em pesquisa com docentes de escola privada no Rio de Janeiro, destacou que parte deles considerava pertinente a retórica do auxílio da Sociologia para a prova do ENEM como recurso para valorização e manutenção da disciplina, o que também serviria como uma forma de segurança do professor, mas outra parte considerava essa retórica restrita e reducionista. Considera-se que esse aspecto - o papel da Sociologia como disciplina central para a escrita da redação do Enem - pode ter contribuído para o(a) docente sentir seu trabalho valorizado(a), assim como para os estudantes perceberem a disciplina como importante, dada a valorização que a rede privada confere à preparação para os processos seletivos de acesso ao ensino superior. Além disso, também existem outros fatores que podem ter contribuído com essa percepção: o vínculo criado com os alunos pelo(a) professor(a), principalmente com aqueles que tem interesse pela área; os esforços didáticos dele(a) em trazer diferentes formas de abordar a Sociologia, por exemplo, em debates, redações, seminários, pesquisas e bingo; e as avaliações bimestrais feitas pelos alunos sobre o desempenho dos professores, as quais incluem sugestões e comentários.

Em relação aos demais professores, mantém um bom relacionamento, ao passo que em relação à chefia imediata (supervisores, direção) se notou que há uma relação mais estreita



baseada na cobrança por qualidade e mesmo “chamadas de atenção”, como aconteceu certa vez quando ele(a) dispensou os alunos mais cedo no último horário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das maiores dificuldades do professor de sociologia está na intensificação do trabalho devido à carga horária reduzida na disciplina e ao trabalho oculto antes e depois das aulas (Matos, 2022) e ainda durante as aulas. Essas questões são percebidas nas condições de trabalho do(a) docente. Ainda que a infraestrutura da escola seja bastante satisfatória e a relação com os colegas de trabalho seja boa, a cobrança por parte da gestão faz com que o(a) professor(a) se sinta pouco valorizado. De modo geral, as condições de trabalho do(a) docente se assemelham à realidade apontada na pesquisa da Fundacentro (2022) marcada pela desvalorização, baixos salários e sobrecarga de trabalho, ao que se soma a instabilidade da disciplina de Sociologia na educação básica que obriga muitos professores a trabalharem com outras disciplinas para aumentar a carga horária e, conseqüentemente, o salário.

Assim, esse artigo procurou entender quais as condições de trabalho de um(a) docente de Sociologia de uma escola privada em Belém/PA, levando em consideração a trajetória do ensino de Sociologia no currículo da educação básica e a racionalidade neoliberal que ganha cada vez mais força no discurso educacional, principalmente após a Reforma do Ensino Médio. Tendo em vista que as pesquisas sobre professores de Sociologia na rede privada ainda são escassas, espera-se ter contribuído com os estudos sobre o tema, em especial para a compreensão das condições de trabalho dos(as) docentes de Sociologia em Belém/PA. Condições que, sem dúvida, afetam diretamente a saúde e o bem-estar dos professores, questão a ser investigada em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BIGÃO, Júlia Letícia. **Novo Ensino Médio: A condição do trabalho docente de Sociologia**. 2023. 62 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Roniel Sampaio. O perfil do professor brasileiro de sociologia do ensino médio e sua percepção da condição docente. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 18, p. 168-189, 2016.

BODART, Cristiano das Neves; DOS SANTOS TAVARES, Caio. Configurações territoriais dos cursos de formação de professores de Sociologia no Brasil (1934-2017): disputas e implicações. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 55, n. 2, p. 246-259, 2019.



DE OLIVEIRA, Rafaela Reis Azevedo; DAS NEVES BODART, Cristiano. A sociologia no novo currículo do ensino médio de Minas Gerais. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, p. 123-149, 2022. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/388/297>. Acesso em: 15 jun. 2025

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 3 jun. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111684.htm. Acesso em: 27 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e institui a reforma do ensino médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 27 jul. 2024.

CAMPOS, Juliana LA; SILVA, Taline C.; ALBUQUERQUE, Ulysses P. Observação participante e diário de campo: quando utilizar e como analisar. **Métodos de pesquisa qualitativa para etnobiologia**. Recife: Nupeea, p. 95-112, 2021.

CAREGNATO, Célia Elizabete; CORDEIRO, Victoria Carvalho. Campo científico-acadêmico e a disciplina de sociologia na escola. **Educação & realidade**, v. 39, p. 39-57, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/jFkV5LdCGQ7RkBq3rjG6DG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025

CARIDÁ, Ana Carolina Bordini Brabo. Diretrizes curriculares para a Sociologia no ensino médio. **Em Debate**, n. 15, p. 55-68, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2016n15p55>. Acesso em: 15 jun 2025.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

FERNANDES, Raquel Brum et al. O professor de Sociologia e a reforma do ensino médio: relatos sobre a prática docente em Campos dos Goytacazes/RJ. **ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS – ENALIC**, 2023, Campina Grande. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/103570>. Acesso em: 28 jul. 2024.

FREITAS, Maria Cristina Leal de; FRANÇA, Carlos Eduardo. História da sociologia e de sua inserção no ensino médio. **Movimentação**, v. 3, n. 5, p. 39-55, 2016.

FUNDACENTRO. **Condições de trabalho e saúde dos profissionais no Brasil**. São Paulo: Fundacentro, 2022. Disponível em: https://biblioteca.fundacentro.gov.br/primeiro-explore/fulldisplay/fjd_aleph000054358/FJD. Acesso em: 17 mar. 2025.



JUNIOR, Edmilson Antonio Pereira; VIEIRA, Lívia Fraga. Condições de trabalho docente: a produção acadêmica brasileira da área da educação. **Práxis Educacional**, v. 14, n. 30, p. 247-270, 2018.

LENNERT, Ana Lúcia. Condições de trabalho do professor de Sociologia. **Cadernos Cedes**, v. 31, p. 383-403, 2011.

LENNERT, Ana Lucia. **Professores de sociologia: relações e condições de trabalho**. 2009. 129 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

MATOS, Wesley. **Rede de relações e condições de trabalho docente de professores de Sociologia em escolas privadas na cidade do Rio de Janeiro**. 2022. 167 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2022.

PARÁ. Seduc - Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará. **Caderno Orientador para Nucleação da Formação Geral Básica – Etapa Ensino Médio - Orientação para Escolas da Rede Estadual de Ensino Médio do Pará**. Pará: SEDUC, 2021. Disponível em: https://www.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/probncc/ProBNCC_DCEPA-12072021_compressed-3b8b0.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

PARÁ. Seduc - Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Pedagógicas para Implementação do Novo Currículo. Caderno Orientador – Etapa Ensino Médio - Orientação para Escolas da Rede Estadual de Ensino Médio do Pará**. Pará: SEDUC, 2022. Disponível em: <https://www.seduc.pa.gov.br/novoensinomedio/pagina/11844-orientacoes-pedagogicas-2022> Acesso em: 25 jul. 2024.

PARÁ. Seduc - Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará. **Orientações Pedagógicas para Implementação do Novo Currículo. Caderno Orientador vol.2 – Etapa Ensino Médio - Orientação para Escolas da Rede Estadual de Ensino Médio do Pará**. Pará: SEDUC, 2023. Disponível em: <https://www.seduc.pa.gov.br/novoensinomedio/pagina/12022-orientacoes-pedagogicas-2023> Acesso em: 25 jul. 2024.

PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antonio; VIEIRA, Lívia Fraga. Condições de trabalho docente: a produção acadêmica brasileira da área da educação. **Práxis Educacional**, v. 14, n. 30, p. 247-270, 2018.

PEREIRA, Sofia Raupp Jorge; CAPRARA, Bernardo Mattes. Racionalidade neoliberal e educação no Brasil: o caso do novo ensino médio. In: **Educação e estratificação social: debates interdisciplinares**. Curitiba: CRV, 2024, p.43-53.

ROSÁRIO, Maria da Piedade Andrade do. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. **RevistaFT**, São Paulo, v. 26, ed. 114, set. 2022. Disponível em: <https://revistaft.com.br/adeus-professor-adeus-professora-novas-exigencias-educacionais-e-profissao-docente/>. Acesso em: 15 jun. 2025.



SILVA, Osni Oliveira Noberto da; MIRANDA, Theresinha Guimarães; BORDAS, Miguel Angel Garcia. Condições de trabalho docente no Brasil: ensaio sobre a desvalorização na educação básica. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 39, p. 1-16, 2019.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.